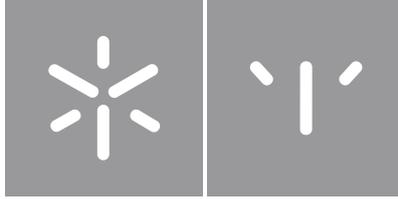




Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Alexandra Maria Amorim De Matos

**Experiências adversas, Stress traumático e
Comportamentos criminais: um estudo com
ofensores Portugueses**



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Alexandra Maria Amorim De Matos

**Experiências adversas, Stress traumático e
Comportamentos criminais: um estudo com
ofensores Portugueses**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Ângela Costa Maia
e da
Doutora Ana Rita Cruz

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

À minha mãe e às minhas irmãs por estarem sempre do meu lado e acreditarem em mim em todos os momentos, nunca permitindo que me fosse abaixo ao longo destes cinco anos. Em especial também ao meu pai, pois de certeza que, onde quer que esteja, estará orgulhoso do meu percurso.

A ti João, por teres entrado na minha vida a meio desta caminhada e, ainda assim, teres sido a minha fonte de força e suporte em qualquer altura, transmitindo-me sempre a calma necessária.

Aos meus parceiros desta longa viagem, Andreia, Joana, João Ricardo, Marta, Sara Lima e Sara Monteiro, pela amizade e reconforto em todos os momentos. Uma parceria que sempre esteve muito além da Universidade e que se vai manter em qualquer situação.

À Professora Doutora Ângela Costa Maia pela orientação e encorajamento pelo trabalho realizado. À Doutora Ana Rita Cruz por toda a ajuda fornecida e por estar sempre disponível para me motivar e acompanhar ao longo deste percurso.

A todos os membros da equipa de investigação pelos comentários construtivos e conselhos transmitidos.

À Direção dos Estabelecimentos Prisionais, e a todos os reclusos que aceitaram participar, pela disponibilidade e colaboração no presente estudo.

À Universidade do Minho por ter sido a minha segunda casa ao longo destes cinco anos, por ter permitido o meu crescimento e a minha formação, mas essencialmente por ter sido o ponto de origem das melhores amizades.

Um agradecimento geral a todas as pessoas que, mesmo não tendo sido mencionadas, contribuíram para a minha formação e realização da presente dissertação.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 04/06/2019

Assinatura: Alexandra Maria Amorim De Matos

Resumo

As consequências da exposição a experiências adversas na infância associam-se não só a uma maior probabilidade de ser vítima ao longo da vida, mas também a percursos de criminalidade. Outro dado da literatura é que a história de adversidade na infância é preditor do diagnóstico de Perturbação de Stress Pós-Traumático, quer em pessoas na comunidade, quer em reclusos. Com o objetivo de averiguar associações existentes entre experiências adversas na infância, sintomatologia traumática e relato de comportamentos criminais, bem como fazer predições relativamente ao impacto destas variáveis, utilizamos o questionário da História de Adversidade na Infância, o Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5, e o D-Crime - Self-Report questionnaire for measuring delinquency and crime, em sessenta reclusos. Os resultados indicam uma relação entre a adversidade e o tipo de comportamento criminal. A adversidade total prediz o relato de múltiplos comportamentos criminais, sendo que apenas a exposição a violência doméstica prediz o relato de comportamentos criminais violentos. Esta temática é importante para os profissionais do sistema de justiça, pois salienta a relevância da prevenção de situações de maltrato e outras formas de adversidade, como a violência doméstica, e a necessidade de intervir nas suas vítimas, quando o maltrato já ocorreu.

Palavras-chave: adversidade, comportamentos criminais, reclusos, trauma

Abstract

The consequences of being exposed to adverse childhood experiences is associated with the likelihood of being a victim throughout life, but also with criminal trajectories. Literature also demonstrates that childhood adversity is a predictor for the diagnosis of Posttraumatic Stress Disorder, both in the community and in inmates. With the purpose to explore the association between adverse childhood experiences, traumatic symptomatology and self-report of criminal behaviors, as well as to predict the impact of this variables, we used the Family ACE Questionnaire, the Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5, and the D-CRIM - Self-Report questionnaire for measuring delinquency and crime, with sixty inmates. The results revealed an association between adversity and the type of criminal behavior reported. Total adversity predicted the self-report of multiple criminal behaviors, but only the exposure to domestic violence predicted the self-report of violent criminal behavior. This thematic is important for justice professionals, because it highlights the relevance of preventing situations of maltreatment and others forms of adversity, such as domestic violence and the need to intervene in these victims when maltreatment has already occurred.

Keywords: adversity, criminal behavior, inmates, trauma

Índice

Experiências adversas, Stress traumático e Comportamentos criminais: um estudo com ofensores Portugueses	8
Método.....	11
Participantes	11
Instrumentos	11
Procedimento	14
Análise de dados.....	14
Resultados	15
Dados sociodemográficos e prevalências.....	15
Associação entre adversidade, trauma e comportamentos criminais	17
Impacto das experiências adversas e da sintomatologia traumática na pertença aos grupos que relatam comportamentos criminais violentos e/ou múltiplos	18
Discussão.....	21
Limitações e Recomendações para o futuro	24
Referências	26
Anexo.....	30

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Dados sociodemográficos, experiências adversas, PSPT e crimes relatados.....</i>	15
Tabela 2. <i>Associação entre o ACE total, PCL-5 total e comportamento criminal total.....</i>	17
Tabela 3. <i>Associação entre cada categoria do ACE e cada comportamento criminal do D-CRIM.....</i>	17
Tabela 4. <i>Resultado da regressão logística múltipla para o ACE total e o PCL-5 total tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos</i>	19
Tabela 5. <i>Resultado da regressão logística múltipla para o ACE total e o PCL-5 total tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata múltiplos comportamentos criminais.....</i>	19
Tabela 6. <i>Resultados de cada uma das regressões logísticas simples para cada categoria do ACE tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos.....</i>	20

Experiências adversas, Stress traumático e Comportamentos criminais: um estudo com ofensores

Portugueses

Quando consideramos o impacto das experiências adversas numa trajetória de vida associamos essa variável a uma maior probabilidade de ter sintomas de psicopatologia e aumento do risco de ser vítima e em muito menos casos a associamos a percursos de agressão. No entanto, a literatura tem demonstrado que as experiências adversas na infância são bastante prevalentes em ofensores (Craig, Piquero, Farrington, & Ttofi, 2017).

As experiências adversas na infância são caracterizadas como circunstâncias de vida que afetam a saúde mental e física do indivíduo (Silva & Maia, 2008), e segundo Felitti e colaboradores (1998), envolvem os comportamentos diretos que são dirigidos à criança, como as omissões de cuidado e os fatores ambientais que afetam o contexto familiar. Nas experiências adversas diretas contam-se o abuso físico, o abuso emocional, o abuso sexual e as situações de negligência física e emocional. Dentro das experiências adversas a que a criança pode ser exposta, e portanto testemunha, existe a violência doméstica, o abuso de substâncias por familiar, a doença mental de familiar, o divórcio parental e a prisão de membro da família (Felitti et al., 1998).

No que diz respeito aos ofensores, estudos recentes têm demonstrado a existência de uma elevada prevalência de experiências adversas na infância, sendo o número de experiências relatadas associado a um maior número de condenações (Craig et al., 2017). Os valores de prevalência de pelo menos uma experiência adversa na infância tendem a ser elevados em reclusos homens e mulheres, podendo atingir valores de 75% e 97.6%, respetivamente (Alves & Maia, 2010; Craig et al., 2017). Das experiências adversas na infância mais reportadas por reclusos, as situações de abuso emocional destacam-se com uma prevalência de 61.7%, seguidas das situações de abuso físico com 54.3% (Debowska & Boduszek, 2016). Outros estudos com ofensores têm apontado resultados igualmente elevados para as situações de negligência, nomeadamente a negligência física (68.3%) e a negligência emocional (59.2%) (Zhang & Zheng, 2018). Um estudo realizado por Fox e colaboradores (2015) revela a existência de um subgrupo de ofensores onde a prevalência de experiências adversas na infância pode chegar aos 91.5%. Os autores verificaram que os ofensores “Serious, Violent and Chronic” (SVC), maioritariamente de minorias étnicas e do sexo masculino, apresentam uma prevalência elevada de experiências adversas com particular incidência na existência de um familiar na prisão. Mais ainda, os ofensores SVC começam a ter comportamentos violentos mais cedo e as experiências adversas aumentam em 35% a probabilidade de se tornarem neste tipo de ofensores (Fox, Perez, Cass, Baglivio, & Epps, 2015). Em relação aos ofensores sexuais, a prevalência de situações de negligência, abuso físico

e emocional e abuso sexual é também muito elevada (Drury et al., 2017) e a exposição a múltiplas experiências adversas na infância é recorrente neste tipo de ofensores (Pflugradt, Allen, & Zintsmaster, 2017). Nos ofensores sexuais do sexo masculino, aqueles que foram expostos a múltiplas experiências adversas, nomeadamente abuso sexual, têm uma probabilidade de 62.5% de se tornarem um homicida sexual (DeLisi & Beauregard, 2017).

Em Portugal, realizou-se um estudo acerca das experiências adversas na infância na população reclusa, sendo que os resultados apontaram para valores elevados de adversidade na infância (88%), sendo as reclusas do sexo feminino as que mais relatam (Ribeiro, 2018). Um outro estudo realizado com reclusos dos Açores aponta também para uma elevada prevalência, demonstrando que 90.5% dos reclusos relata pelo menos uma experiência adversa na infância, sendo que nas experiências contra o indivíduo 42.9% relata abuso físico e nas disfunções familiares 54.7% relata ter vivido com um familiar com abuso de substâncias (Castanho, 2010).

Em suma, a literatura tem demonstrado que as experiências adversas na infância são frequentes em reclusos, e são muitas vezes potenciadoras dos comportamentos ofensivos (Alves & Maia, 2010). De facto, os estudos sobre comportamentos violentos em ofensores são consistentes, sendo que dentro dos comportamentos violentos, realçam-se nomeadamente, as ofensas interpessoais, pois no estudo de Wasserman e colaboradores (2011), verificaram que um terço dos indivíduos apresentava ofensas violentas de cariz interpessoal e que isso se relacionava com as experiências adversas na infância (Wasserman & McReynolds, 2011). A relação entre os comportamentos violentos dos ofensores e as experiências adversas na infância pode ser explicada de acordo com a teoria de aprendizagem social de Bandura, que demonstra que crianças expostas e vítimas de comportamentos violentos têm maior probabilidade de repetir esses comportamentos em adultos (Bandura, Ross, & Ross, 1961). Adicionalmente, estudos acerca do ciclo da violência indicam que os indivíduos aprendem a vitimizar, através de comportamentos agressivos e/ou violentos, por terem eles próprios experienciado vitimização (Reckdenwald, Mancini, & Beauregard, 2013). Mais ainda, um estudo de Felson e colaboradores (2018) aponta que os reclusos têm uma maior tendência para serem agressores devido ao baixo autocontrolo. Aliás, segundo os autores, as ofensas violentas que os reclusos cometem estão associadas a vitimização violenta, o que é consistente com a ideia de que a tendência para a agressão verbal contribui para a sobreposição ofensor-vítima (Felson, Berg, Rogers, & Krajewski, 2018).

As experiências de abuso e negligência na infância afetam não só as prevalências de comportamento criminal, mas também os padrões desse comportamento (Widom, Fisher, Nagin, & Piquero, 2018). O impacto das experiências adversas na infância varia com o tipo de ofensa,

nomeadamente, o abuso físico tende a associar-se com os comportamentos violentos (Reckdenwald et al., 2013). No entanto, um estudo de Malvaso e colaboradores (2018) indica que apenas as experiências adversas persistentes são preditoras de condenações por violência. Neste estudo apenas o abuso físico e a negligência são preditores deste tipo de condenação, e apontam que as mulheres reclusas têm mais condenações por crimes violentos, 73.4%, comparado com os reclusos do sexo masculino vítimas de abusos semelhantes, 64.9% (Malvaso, Delfabbro, Day, & Nobes, 2018). Um outro estudo realizado por Karatzias e colaboradores (2017), revela que a ocorrência de múltiplos traumas não leva diretamente ao comportamento criminal, mas quando há múltiplos traumas e comportamento criminal, o crime tende a ser mais severo (Karatzias et al., 2017). No que diz respeito aos ofensores sexuais, estudos sugerem que o abuso sexual por familiar associa-se à transição de vítima para ofensor, no entanto, não há evidências para a existência de um ciclo de abuso sexual em raparigas vítimas de abuso sexual (Plummer & Cossins, 2016).

Além da associação existente entre experiências adversas na infância e comportamentos criminais violentos dos ofensores, sabe-se que a história de adversidade na infância é preditor do diagnóstico de Perturbação de Stress Pós-traumático (PSPT) nesta população (Moore, Gaskin, & Indig, 2013). Nomeadamente, em reclusos, os fatores de risco para a ocorrência de PSPT estão aumentados e apresentam elevada prevalência (Baranyi, Cassidy, Fazel, Priebe, & Mundt, 2018), com prevalências de 72% para reclusos do sexo masculino que preenchem os critérios para o diagnóstico de PSPT, sendo um desses o critério A¹ (Ardino, Milani, & Blasio, 2013; Sindicich et al., 2014). Mais ainda, a literatura aponta para uma forte correlação entre abuso emocional e o desenvolvimento de PSPT, e sintomas de PSPT e o risco de reincidência (Ardino et al., 2013). Um estudo realizado por Sindicich e colaboradores (2014) aponta também para a existência de comorbidade entre a PSPT e o consumo de substâncias, fazendo com que os reclusos com estes dois diagnósticos sejam um grupo vulnerável nos estabelecimentos prisionais (Sindicich et al., 2014) (Sindicich et al., 2014) (Sindicich et al., 2014).

Embora a literatura seja consistente na associação entre experiências adversas – trauma - comportamento criminal- a necessidade de uso de instrumentos mais robustos para a avaliação da sintomatologia traumática e a falta de avaliação de múltiplas experiências adversas levaram a estabelecer como propósito do presente trabalho complementar a literatura recorrendo a instrumentos adaptados para português europeu, tais como o PCL-5 e o LEC-5 (Weathers et al., 2013) para a avaliação da sintomatologia traumática e o “Adverse Childhood Experiences” (ACE) (Felitti et al., 1998) para o estudo

¹ A pessoa foi exposta a morte, ameaça de morte, ferimentos graves ou violência sexual, através de exposição direta, testemunho, conhecimento de que alguém próximo foi exposto ou exposição indireta (ex. bombeiros) (National Center for PTSD, 2016).

das experiências adversas na infância. Mais ainda, pretende-se fazer a descrição da prevalência de experiências adversas na infância, de sintomatologia traumática e de comportamentos criminais, em reclusos portugueses. O principal objetivo do estudo é averiguar as associações entre as experiências adversas na infância, a sintomatologia traumática e os comportamentos criminais.

Em concordância com os objetivos do estudo, formulamos as seguintes hipóteses: espera-se que: 1) as experiências adversas na infância e a sintomatologia da PSPT estejam associados a um maior número de comportamentos criminais; 2) as experiências adversas na infância e a sintomatologia da PSPT estejam associados à pertença ao grupo de reclusos que relata comportamentos criminais violentos. De modo a explorar a relação entre as diversas experiências adversas na infância e os diferentes tipos de comportamentos criminais averiguamos também a associação entre as dez categorias do ACE e os 12 comportamentos criminais reportados.

Método

Este estudo está inserido no projeto de investigação da equipa onde foi realizado e coordenado pela Doutora Ana Rita Cruz, intitulado “Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality”, sendo que parte dos dados recolhidos foram usados no âmbito da presente investigação.

Participantes

Este projeto de investigação integra dados de 60 ofensores que, à data da avaliação, cumpriam pena efetiva de prisão em estabelecimentos prisionais da região norte do país. Os reclusos são todos do sexo masculino. Para poderem integrarem o estudo, os ofensores tinham de preencher alguns critérios de inclusão, nomeadamente ser de nacionalidade portuguesa e estar condenados e a cumprir pena efetiva em estabelecimento prisional. Quanto aos critérios de exclusão, estes envolviam ser de nacionalidade estrangeira e ser analfabeto/iletrado.

Instrumentos

Os participantes responderam a um conjunto de escalas de autorrelato, assim como tarefas de avaliação neuropsicológica inseridos no protocolo do projeto de investigação alargado. No que se refere a dados integrados neste estudo, o protocolo incluía, numa primeira parte, um questionário em formato de entrevista que integrava os dados sociodemográficos e relativos aos comportamentos criminais (Questionário de Avaliação Psicológica e Social - QAPS; Pereira & Maia, 2014, D-CRIM; (Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2015)). Foram também incluídos questionários relacionados com sintomatologia traumática (PCL-5 e LEC-5; Weathers et al., 2013), e experiências adversas na infância (ACE; Felitti et al., 1998).

Questionário de Avaliação Psicológica e Social (QAPS; Pereira & Maia, 2014). O QAPS é composto por 12 módulos, sendo que cada um integra questões relativas a dados sociodemográficos, informações legais e processuais, informações sobre o grupo de amigos e a família, consumo de substâncias e experiências adversas que ocorreram ao longo da vida. Neste estudo, e tendo em consideração as habilitações literárias dos participantes, o questionário foi aplicado sob a forma de entrevista em que a maioria dos itens são de resposta “Sim” ou “Não”, seguidos de algumas questões de resposta breve.

Adverse Childhood Experiences – ACE Questionnaire (Felitti et al., 1998, versão portuguesa de Silva & Maia, 2008). Este é um questionário de autorrelato para adultos que tem como objetivo avaliar a ocorrência de experiências adversas na infância, e se organiza em três categorias: experiências contra o indivíduo, ambiente familiar disfuncional e negligência. As categorias são classificadas em dez tipos de experiências adversas na infância, a saber, abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, exposição a violência doméstica, abuso de substância no ambiente familiar, divórcio ou separação parental, prisão de um membro da família, doença mental ou suicídio, negligência física e negligência emocional. Para cada categoria, se o participante obtiver uma pontuação positiva em pelos menos um dos itens, define-se como tendo sido vítima dessa experiência (Silva & Maia, 2008). O questionário é composto por 77 itens estruturados em questões dicotômicas (“Sim” ou “Não”), questões de escolha múltipla ou, em que é pedida a resposta de acordo com uma escala de Likert que varia entre 0 (nunca) e 5 (muitíssimas vezes) e questões de resposta breve. Posto isto, e atendendo ao valor que o participante obteve em cada uma das categorias, calcula-se a Adversidade Total. Esta variável emerge do somatório do valor que cada participante alcançou em cada uma das categorias, sendo que se atribui o valor “0” se o sujeito não relata essa forma de adversidade ou o valor “1” se essa adversidade é relatada. A pontuação da Adversidade Total pode variar entre zero e dez, consoante a classificação obtida no somatório (Silva & Maia, 2008). Este questionário apresenta boas características psicométricas (Felitti et al., 1998).

Life Events Checklist for DSM-5 (LEC-5; Weathers et al., 2013, versão portuguesa de Ferreira, Ribeiro, Santos & Maia, 2016). O LEC-5 é um questionário de autorrelato que avalia a exposição a eventos que podem potencialmente resultar em PSPT ou sofrimento (National Center for PTSD, 2016). É composto por duas partes, na primeira avaliam-se 16 eventos potencialmente traumáticos, além do item 17 que corresponde a um outro evento stressante não incluído nos anteriores e que pode ser enunciado pelo participante mediante a sua experiência prévia. Para cada item, o participante refere se o evento lhe aconteceu diretamente, se viu acontecer a outra pessoa, se soube que aconteceu a um familiar ou amigo próximo, se faz parte do seu trabalho ou se não se aplica a si (Blevins, Weathers, Davis, Witte, & Domino, 2015). Na segunda parte, os participantes identificam aquele que foi para eles o evento mais traumático

e fazem uma breve descrição desse evento, bem como respondem a um conjunto de questões alusivas ao nível de exposição, ameaça de vida e dano provocado por esse mesmo acontecimento (Blevins et al., 2015). Para cotar o LEC-5, adota-se uma cotação cumulativa, no sentido em que, para cada acontecimento, o participante poderá selecionar mais do que um tipo de exposição e assim, atribui-se um valor que vai desde 0 a 7, sendo que 0 corresponde a “Não se aplica” e 7 corresponde a “Aconteceu-me, vi acontecer e soube que aconteceu” (Ferreira et al., 2016).

Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5 (PCL-5; Weathers et al., 2013, versão portuguesa de Ferreira, Ribeiro, Santos & Maia, 2016). O PCL-5 é uma medida de autorrelato composta por 20 itens que mede a presença e severidade dos 20 sintomas de PSPT presentes no DSM-5 (APA,2013), divididos por quatro subescalas, referentes aos *clusters* de sintomas do DSM-5: os sintomas intrusivos (B1-B5); Evitamento (C1-C2); Alterações negativas na cognição e no humor – ANCH – (D1-D7); e Alterações significativas da ativação e reatividade – AAR (E1-E6). Os itens são cotados segundo os sintomas de PSPT sentidos no último mês, numa escala de Likert que varia entre 0, que corresponde a “Nada”, e 4, que corresponde a “Extremamente” (National Center for PTSD, 2016). A pontuação total varia entre 0 e 80 pontos, sendo que uma maior pontuação é sinónimo de maior severidade da sintomatologia traumática (Ashbaugh, Houle-Johnson, Herbert, El-Hage, & Brunet, 2016). Tendo em conta que o PCL-5 segue-se ao LEC-5, quando os participantes estão a preencher o PCL-5 têm em mente o acontecimento que consideraram como mais traumático e descreveram anteriormente. Para se estabelecer o diagnóstico provisório de PSPT de acordo com o DSM-5 (APA,2013), o participante deve ter pontuado um item com um valor igual ou superior a 2, ou seja, “Moderadamente”. Além disso, é necessário que esta pontuação se verifique em pelo menos um sintoma Intrusivo (B), um sintoma de Evitamento (C), dois sintomas de ANCH (D) e dois sintomas de AAR (E). O PCL-5 apresenta boas propriedades psicométricas, com uma consistência interna elevada ($\alpha = .95$) (Blevins et al., 2015).

Self-Report questionnaire for measuring delinquency and crime (D-CRIM; Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2015). O D-CRIM é um questionário de autorrelato que permite aferir os comportamentos criminais violentos e não violentos. Mede 12 tipos de comportamentos criminais que podem ter ocorrido ao longo da vida, (D-CRIM-Overlife), e nos últimos 12 meses, (D-CRIM-12M). Os comportamentos criminais avaliados fazem referência a situações de furto, roubo, condução sem habilitação legal, violência doméstica, agressão, abuso sexual, tráfico de droga, porte de arma, homicídio, violência familiar, ameaça e dano. A presença dos diferentes tipos de comportamentos criminais é avaliada através de questões de “Sim/Não”. Um estudo realizado por Basto-Pereira e colaboradores (2015) revela que o Questionário D-CRIM apresenta propriedades psicométricas adequadas para a população portuguesa

(Basto-Pereira et al., 2015). Através das respostas obtidas com este questionário foi possível classificar o comportamento criminal em grupos distintos: (a) o grupo que relata comportamentos criminais não violentos (e.g., furto), vs. o grupo que relata comportamentos criminais violentos (e.g., homicídio); (b) o grupo que relata o cometimento de apenas um comportamento criminal, vs. o grupo que relata múltiplos comportamentos criminais.

Procedimento

O projeto de investigação recebeu um parecer positivo da Comissão de Ética da Universidade do Minho (ver Anexo) e da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Os participantes foram selecionados nos estabelecimentos prisionais da região norte do país, segundo os critérios de inclusão previamente definidos. Inicialmente, estabeleceu-se contacto com as direções dos estabelecimentos prisionais que, após terem conhecimento dos critérios de inclusão e exclusão e, atendendo aos constrangimentos temporais, próprios de trabalhos realizados neste contexto, fizeram uma pré-seleção de reclusos que seriam passíveis de participar no estudo, nomeadamente os de nacionalidade portuguesa e com capacidade para ler e entender o estudo. Em contexto prisional, os participantes foram convidados a colaborar no estudo e foi-lhes entregue uma declaração de consentimento informado, que foi devidamente esclarecida e posteriormente assinada pelo próprio, caso aceitasse participar do estudo. Tendo em conta o contexto de aplicação e os constrangimentos associados, isto é, a duração total do protocolo e o funcionamento dos estabelecimentos prisionais, optou-se por dividir a aplicação das tarefas e escalas aos participantes em dois momentos. Um primeiro momento de avaliação individual e um segundo momento de resposta em grupo.

Análise de dados

As análises estatísticas foram realizadas através do programa estatístico IBM SPSS, versão 25.0. De modo a testar as hipóteses efetuaram-se três tipos de análises: análise descritiva, teste de associação e regressão. Tendo em conta que foram realizados testes de associação foi necessário verificar a existência dos pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos, através da análise exploratória dos dados. Verificou-se que as variáveis a associar são intervalares e que seguem uma distribuição normal, segundo a assimetria e curtose, pelo que se usou o Coeficiente de Correlação de Pearson. No entanto, para se verificar a associação entre estas duas variáveis e o tipo de comportamento criminal, que é dicotómica, utilizou-se o Coeficiente de Correlação Ponto-Bisserial (Martins, 2011). De seguida, verificando-se a associação entre as variáveis em estudo, testamos os pressupostos para a análise de regressão. Estando cumprido os pressupostos para a análise de regressão, foram realizadas análises de regressão logística múltipla para os preditores da pertença ao grupo que relata

comportamentos criminais violentos e para os preditores da pertença ao grupo que relata múltiplos comportamentos criminais. Optou-se pelo uso da regressão logística, uma vez que a variável dependente, os comportamentos criminais (violento vs. não-violento ou múltiplos vs. um único crime), é dicotômica, sendo que os preditores, as experiências adversas na infância e a sintomatologia traumática, são variáveis intervalares (Martins, 2011). Por fim, para verificar que tipo de experiência adversa na infância era preditora de pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos, foram realizadas dez regressões logísticas simples, com cada uma das categorias do ACE.

Resultados

Dados sociodemográficos e prevalências

Os resultados da análise descritiva, referentes aos dados sociodemográficos e à prevalência de experiências adversas na infância, sintomatologia traumática e comportamentos criminais são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Dados sociodemográficos, experiências adversas, PSPT e crimes relatados

	Reclusos (<i>N</i> = 60)		
		Mínimo	Máximo
Idade (<i>M</i> , <i>DA</i>)	43.10 (12.35)	21	82
Habilitações literárias (n, %)		0	17
Ensino primário	16 (26.7)		
Ensino básico	37 (61.6)		
Ensino secundário	6 (10)		
Ensino superior	1 (1.7)		
Adversidade Total (<i>M</i> , <i>DA</i>)	2.43 (2.09)	0	8
ACE – Categorias (n, %)			
Abuso emocional	16 (26.7)		
Abuso físico	13 (21.7)		
Abuso sexual	14 (23.3)		
Negligência física	17 (28.3)		
Negligência emocional	14 (23.3)		
Exposição à violência doméstica	20 (33.3)		
Abuso de substâncias	22 (36.7)		

ADVERSIDADE E TRAUMA EM OFENSORES PORTUGUESES

Divórcio ou separação parental	12 (20)		
Prisão de um membro da família	6 (10)		
Doença mental ou suicídio	12 (20)		
LEC-5 – Evento potencialmente traumático (n, %)			
Acidente	11 (18.7)		
Prisão	6 (10.2)		
Agressão	10 (17)		
Falecimento de familiar/amigo	13 (22.1)		
Homicídio	5 (8.5)		
Suicídio	3 (5.1)		
Outro	12 (20.4)		
PCL-5 (<i>M, DP</i>)			
Escala total	16.98 (17.56)	0	59
Comportamento criminal (n, %)			
Não violento	16 (26.7)		
Furto	24 (40)		
Condução ilegal	30 (50)		
Tráfico de drogas	24 (40)		
Ameaça	11 (18.3)		
Violento	44 (73.3)		
Roubo	9 (15)		
Agressão	25 (41.7)		
Violência doméstica	11 (18.3)		
Porte de arma	28 (46.7)		
Homicídio	7 (11.7)		
Violência familiar	16 (26.7)		
Danificação	20 (33.3)		
Múltiplo	41 (68.3)		
Único	19 (31.7)		
Reincidência (n, %)	21(35)	1	8

Nota. ACE = Adverse Childhood Experiences; LEC-5 = Life Events Checklist for DSM-5; PCL-5 = Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5.

Ao nível dos comportamentos criminais, verificou-se ausência de autorrelato do comportamento criminal de abuso sexual de crianças.

Quanto à exposição traumática, e dentro dos eventos potencialmente traumáticos do LEC-5, os eventos mais relatados foram o falecimento de um amigo ou familiar, um acidente e um outro evento não contemplado nas categorias descritas. Na categoria “Outro” foram relatadas situações como experiências associadas ao tráfico de drogas, abuso sexual de um familiar e experiências de guerra. Em relação à PCL-5, 16 reclusos (26.7%) preencheram os critérios provisórios para o diagnóstico de PSPT do DSM-5 (APA,2013).

Associação entre adversidade, trauma e comportamentos criminais

Os valores da correlação entre o total de experiências adversas na infância, o total de sintomatologia traumática, e o total de comportamentos criminais, são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2

Associação entre o ACE total, PCL-5 total e comportamento criminal total

	ACE total	PCL-5 total
PCL-5 total	.31*	-
Comportamento criminal total	.42**	.16

Nota. ACE = Adverse Childhood Experiences; PCL-5 = Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5.

* $p < .05$. ** $p < .01$.

As associações entre as diferentes categorias de experiências adversas na infância e os diferentes tipos de comportamentos criminais reportados no D-CRIM são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3

Associação entre cada categoria do ACE e cada comportamento criminal do D-CRIM

	ACE									
	Ae	Af	As	Evd	Asub	D	Pr	Dm	Nf	Ne
<i>Comportamentos criminais</i>										
Furto	.20	.07	.03	.14	.09	.19	.07	-.07	.17	.27*
Roubo	.27*	.12	.10	.30*	.07	.02	.02	.14	.05	.10
Condução ilegal	.15	-.20	.00	.07	.14	.00	.11	.08	-.04	.08

ADVERSIDADE E TRAUMA EM OFENSORES PORTUGUESES

Agressão	.18	.30*	.09	.34**	.13	.17	.06	.09	-.01	.09
Violência doméstica	-.09	.06	-.06	.03	-.09	.09	-.16	.09	-.11	.15
Abuso sexual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tráfico de drogas	.28*	.07	.19	.14	.23	.19	.07	-.07	.09	.27*
Porte de arma	.19	.24	.04	.19	.12	.03	.13	.12	-.07	.12
Homicídio	.25	.19	.29*	.18	-.17	.21	.05	-.05	.00	.17
Violência familiar	.40**	.51**	.20	.21	.40**	-.02	.18	.26*	.04	.20
Ameaça	.30*	.27*	.04	.31*	.27*	-.02	-.01	.19	-.01	-.16
Dano	.37**	.06	.11	.10	.12	.00	.12	-.09	.11	.11

Nota. ACE = Adverse Childhood Experiences; D-CRIM = Self-Report questionnaire for measuring delinquency and crime; Ae = Abuso emocional; Af = Abuso físico; As = Abuso sexual; Evd = Exposição à violência doméstica; Asub = Abuso de substâncias; D = Divórcio ou separação parental; Pr = Prisão de um membro da família; Dm = Doença mental ou suicídio; Nf = Negligência física; Ne = Negligência emocional.

* $p < .05$. ** $p < .01$.

Os resultados da Tabela 3 reportam a existência de uma associação significativa entre sete categorias de experiências adversas na infância e oito comportamentos criminais. De entre os comportamentos criminais violentos, verificou-se a existência de uma associação significativa fraca a moderada, com tamanhos de efeito de médios a grande, entre: (1) roubo, abuso emocional e exposição à violência doméstica; (2) agressão, abuso físico e exposição à violência doméstica; (3) homicídio e abuso sexual; (4) violência familiar, abuso emocional, abuso físico, abuso de substâncias no ambiente familiar e doença mental ou suicídio; e, por último (5) dano e abuso emocional. Quanto aos comportamentos criminais não violentos verificou-se uma associação significativa fraca com tamanhos de efeito médios entre: (6) furto e negligência emocional; (7) tráfico, abuso emocional e negligência emocional; e por último, (8) ameaça, abuso emocional, abuso físico, exposição à violência doméstica e abuso de substâncias.

Impacto das experiências adversas e da sintomatologia traumática na pertença aos grupos que relatam comportamentos criminais violentos e/ou múltiplos

Foi realizada uma regressão logística múltipla para averiguar a associação das experiências adversas na infância e da sintomatologia traumática à pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos. Os resultados mostraram que o modelo de regressão logística múltipla não se revelou estatisticamente significativo, $\chi^2(2) = 3.96$, $p = .138$, classificando corretamente 73.3% dos indivíduos

ADVERSIDADE E TRAUMA EM OFENSORES PORTUGUESES

da amostra (-2Log likelihood = 65.6; Cox e Snell $R^2 = .064$; Nagelkerke $R^2 = .093$). Segundo o teste de Hosmer e Lemeshow o modelo é ajustado aos dados, $\chi^2(8) = 5.37$, $p = .717$. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

Resultado da regressão logística múltipla para o ACE total e o PCL-5 total tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos

	<i>B</i>	<i>S.E</i>	Wald	<i>df</i>	<i>p</i>	Exp(<i>B</i>)	95% C.I. Exp(<i>B</i>)	
							Mínimo	Máximo
ACE total	.20	.17	1.27	1	.26	1.22	.87	1.71
PCL-5 total	.02	.02	1.25	1	.26	1.02	.98	1.07
Constante	.25	.48	.27	1	.61	1.28		

Nota. ACE = Adverse Childhood Experiences; PCL-5 = Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5.

Assim, verificou-se que tanto o total das experiências adversas na infância como o total da sintomatologia traumática não foram preditoras da probabilidade de pertencer ao grupo que relata comportamentos criminais violentos.

Posteriormente, foi realizada uma regressão logística múltipla para averiguar a associação das experiências adversas na infância e da sintomatologia traumática à pertença ao grupo que relata múltiplos comportamentos criminais. Os resultados mostraram que o modelo se revelou estatisticamente significativo, $\chi^2(2) = 6.08$, $p = .048$, classificando corretamente 70% dos reclusos desta amostra (-2Log likelihood = 68.8; Cox e Snell $R^2 = .096$; Nagelkerke $R^2 = .135$). Pelo teste de Hosmer e Lemeshow confirma-se que o modelo é ajustado aos dados, $\chi^2(8) = 6.63$, $p = .577$. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5

Resultado da regressão logística múltipla para o ACE total e o PCL-5 total tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata múltiplos comportamentos criminais

	<i>B</i>	<i>S.E</i>	Wald	<i>df</i>	<i>p</i>	Exp(<i>B</i>)	95% C.I. Exp(<i>B</i>)	
							Mínimo	Máximo
ACE total	.38	.18	4.33	1	.04	1.46	1.02	2.09
PCL-5 total	.003	.02	.02	1	.88	1.00	.97	1.04

ADVERSIDADE E TRAUMA EM OFENSORES PORTUGUESES

Constante	-.08	.47	.03	1	.87	.93
-----------	------	-----	-----	---	-----	-----

Nota. ACE = Adverse Childhood Experiences; PCL-5 = Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5.

Assim, verificou-se que o modelo predizia que a probabilidade de pertencer ao grupo que relata múltiplos comportamentos criminais, na idade adulta, é 1.46 vezes maior para indivíduos que relatam mais experiências adversas na infância, o que corresponde a uma probabilidade de 59%.

Por fim, para averiguar a influência das experiências adversas na infância na probabilidade de pertencer ao grupo que relata comportamentos criminais violentos, foram realizadas dez regressões logísticas simples, com cada uma das categorias do ACE. Os resultados mostraram que apenas a exposição à violência doméstica se revelou preditora, sendo o modelo estatisticamente significativo, $\chi^2(1) = 4.79$, $p = .029$, classificando corretamente 73.3% dos reclusos desta amostra (-2Log likelihood = 64.8; Cox e Snell R² = .077; Nagelkerke R² = .112). Os resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6

Resultados de cada uma das regressões logísticas simples para cada categoria do ACE tendo como variável dependente a pertença ao grupo que relata comportamentos criminais violentos

	B	S.E	Wald	df	p	Exp(B)	95% C.I. Exp(B)	
							Mínimo	Máximo
Abuso emocional	1.18	.82	2.07	1	.15	3.27	.65	16.37
Abuso físico	20.54	11147.5	.00	1	.99	-	.00	-
Abuso sexual	-.57	.66	.75	1	.39	.57	.16	2.05
Negligência física	-1.60	.997	2.57	1	.11	.20	.03	1.43
Negligência emocional	1.29	1.16	1.23	1	.27	3.62	.37	35.18
Exp. violência doméstica	1.58	.82	3.74	1	.05	4.85	.98	23.98
Abuso de substâncias	.33	.62	.27	1	.60	1.39	.41	4.69
Divórcio ou sep. parental	.11	.74	.02	1	.88	1.11	.26	4.77
Prisão membro família	-.36	.92	.15	1	.70	.70	.12	4.25
Doença mental	1.61	1.09	2.18	1	.14	5.00	.59	42.33

Nota. Exp. violência doméstica = Exposição à violência doméstica; Divórcio ou sep. parental = Divórcio ou separação parental; Prisão membro família = Prisão de um membro da família; Doença mental = Doença mental ou suicídio.

De todos os modelos testados, só o modelo relativo à exposição à violência doméstica prediz que a probabilidade de pertencer ao grupo que relata comportamentos criminais violentos é 4.85 vezes maior para indivíduos expostos a violência doméstica, o que corresponde a uma probabilidade de 90%.

Discussão

Este estudo teve como objetivo analisar a associação entre as experiências adversas na infância, a sintomatologia traumática e o relato de comportamentos criminais numa amostra de reclusos portugueses. Adicionalmente, pretendíamos perceber a relação entre experiências adversas na infância e a sintomatologia traumática no relato desses comportamentos criminais. Os resultados indicaram diferenças na prevalência ao nível dos relatos de comportamentos criminais, sendo que as maiores prevalências se verificaram no relato de comportamentos criminais violentos, tal como a agressão. A experiência adversa na infância mais relatada pelos reclusos foi o abuso de substâncias no ambiente familiar. A prevalência de diagnóstico de PSPT atinge os 26.7%, com o falecimento de um familiar ou amigo identificado como sendo o evento potencialmente mais traumático.

No que diz respeito aos resultados dos testes de associação, verificamos uma associação entre o total de experiências adversas na infância e o total de crimes relatados pelos reclusos, sendo que quanto maior o número de adversidade experienciada maior o número de crimes relatados. Por outro lado, os resultados indicaram a existência de uma associação entre sete categorias de experiências adversas na infância e oito comportamentos criminais, violentos e não violentos. Por exemplo, verificamos a relação entre o comportamento criminal violento de agressão e a experiência adversa violenta de abuso físico. E, para o relato de comportamentos criminais não violentos, como o furto, salientamos a relação com a experiência adversa de disfunção familiar como o abuso de substâncias por um familiar. Estes resultados estão de acordo com a literatura, pois há autores que demonstraram que ter vivido experiências adversas na infância afeta os padrões dos comportamentos criminais. Nomeadamente que o relato de experiências adversas violentas associa-se com comportamentos criminais violentos (Malvaso et al., 2018; Reckdenwald et al., 2013; Widom et al., 2018). Este tipo de relação pode ser explicado pelos mecanismos associados à teoria da aprendizagem social, tal como a modelagem e o reforço diferencial (Bandura et al., 1961). Indivíduos que foram vítimas de comportamentos violentos na infância, tendem a copiar esse tipo de comportamento na idade adulta, nomeadamente se a violência surge associada à recompensa (Braga, Gonçalves, Basto-Pereira, & Maia, 2017). Este mecanismo pode explicar os nossos resultados, tendo em conta a prevalência de experiências adversas violentas vivenciadas na infância, nomeadamente abuso físico (21.7%) e abuso sexual (23.3%), e a prevalência de comportamento criminal violento reportado na idade adulta (73.3%).

As teorias sociocognitivas podem também explicar o risco aumentado para condenações violentas nesta população, pois indivíduos expostos a adversidade desenvolvem uma maior sensibilidade às situações, sendo que até situações ditas banais podem suscitar respostas agressivas devido à ativação da ameaça (Malvaso et al., 2018). Isto explica também termos verificado que a vivência de experiências adversas na infância, nomeadamente exposição à violência doméstica, aumentava a probabilidade de os reclusos pertencerem ao grupo que relatava comportamentos criminais violentos. Aliás, de acordo com os nossos resultados, não só ter experienciado adversidade na infância aumentava a probabilidade da perpetração de crimes violentos, como estes eram caracterizados por serem maioritariamente de natureza interpessoal, como foi o caso da agressão (41.7%). Este resultado demonstra que o mau trato persistente surge como um preditor do cumprimento de pena por comportamentos criminais violentos (Malvaso et al., 2018). No entanto, verificamos que apenas a exposição a situações de violência doméstica aumentava a probabilidade de um recluso pertencer ao grupo que relata comportamentos criminais violentos. Ou seja, os reclusos que foram expostos a situações de violência doméstica tinham 4.85 vezes mais probabilidade em relatar o cometimento de crimes violentos. Este resultado sugere que o tipo de abuso experienciado na infância pode ter um impacto diferencial nos crimes cometidos na idade adulta, o que é explicado pelo ciclo da violência. De acordo com o este ciclo, os indivíduos assimilam o tipo de abuso experienciado na infância e, posteriormente, na idade adulta, cometem o mesmo tipo de abuso/ato com as suas vítimas (Reckdenwald et al., 2013).

No que diz respeito ao relato de múltiplos comportamentos criminais, verificamos também que a presença de experiências adversas na infância aumentava a probabilidade de um recluso pertencer a este grupo. De facto, reclusos que vivenciaram experiências adversas na infância tinham 1.46 vezes mais de probabilidade de relatar terem cometido múltiplos comportamentos criminais. Estes resultados são suportados pela literatura, uma vez que a trajetória da carreira criminal em indivíduos com história de maltrato na infância, é significativamente mais intensa e com um maior número de detenções (Widom et al., 2018). Aliás, um estudo de DeCamp e colaboradores (2018) denota que todos os indivíduos enquadrados no grupo da elevada vitimação, também se enquadram no grupo que apresenta elevada ofensa. Isto sugere, pelos nossos resultados, que a exposição a situações de adversidade na infância parece estar a potenciar o cometimento de múltiplos atos, nomeadamente o desenvolvimento de uma carreira criminal com reincidência no crime (35%). A literatura aponta para esta sobreposição entre experiências adversas violentas e o cometimento de atos criminais violentos (DeCamp et al., 2018), sendo a sobreposição vítima-ofensor explicada pela teoria do vínculo social. Segundo esta teoria, pais e pares desviantes, bem como criminalidade na vizinhança podem determinar a trajetória criminal e a

sobreposição apontada (DeCamp, Zaykowski, & Lunn, 2018). Esta sobreposição pode explicar os nossos dados, nomeadamente o facto de o abuso de substâncias no ambiente familiar ter sido a adversidade mais relatada pelos reclusos (36.7%) e o relato de múltiplos crimes ter uma elevada prevalência (68.3%), indicando potenciais trajetórias de reincidência no crime.

Adicionalmente, verificamos a existência de uma relação entre o cometimento de homicídio e a experiência de abuso sexual na infância. Sabe-se que de acordo com o ciclo da violência, os indivíduos assimilam o tipo de abuso experienciado na infância e posteriormente, na idade adulta, tendem a cometer o mesmo tipo de abuso de que foram alvo com as suas vítimas, nomeadamente a associação entre ser vítima de abuso sexual com tornar-se perpetrador de crimes sexuais. Devido a isso existem autores que defendem a linearidade da associação entre experiências adversas de abuso sexual na infância e crimes de natureza sexual na idade adulta, (Plummer & Cossins, 2016; Reckdenwald et al., 2013). Porém, há outros autores que não defendem esta linearidade, demonstrando uma associação mais forte entre experiências de abuso físico e sexual na infância com crimes violentos (Braga et al., 2017), o que está de acordo com os nossos resultados e é explicado teorias específicas ao trauma. De facto, as experiências de abuso sexual são consideradas eventos traumáticos e originam comportamentos agressivos - sintomas comportamentais da PSPT (Braga et al., 2017; APA, 2013). Neste trabalho, verificamos também a ausência de autorrelato do cometimento de abuso sexual, por parte dos reclusos, o que não é suportado pelas estatísticas de justiça da DGPJ (Direção-Geral da Política de Justiça). Em 2017, 2.6% reclusos do sexo masculino foram condenados por abuso sexual de crianças. A ausência de relato do cometimento de abuso sexual, pode dever-se ao uso de medidas de autorrelato. De facto, pela literatura existente sabe-se que os comportamentos criminais de natureza sexual tendem a não ser reportados, devido ao ostracismo e isolamento social (Scurich & John, 2019; Sample & Bray, 2003).

Contrariamente às nossas hipóteses, a sintomatologia traumática revelou não influenciar a pertença ao grupo que relatava comportamentos criminais violentos, não violentos ou múltiplos. Este resultado não é corroborado na literatura, pois os fatores de risco para o diagnóstico de PSPT estão aumentados em reclusos (Baranyi et al., 2018). E de facto, os comportamentos agressivos que apresentam são atualmente considerados sintomas de PSPT e derivam das situações de maltrato violento (APA, 2013; Braga et al., 2017). Este resultado, pode dever-se ao baixo valor médio da escala total de PSPT (16.98 pontos), nesta amostra, que varia de 0 a 80 na sua totalidade. Ainda assim, verificamos que a sintomatologia traumática se associava à vivência de experiências adversas na infância, a exemplo de um estudo onde foi reportada uma associação entre o diagnóstico de PSPT e experiências adversas de abuso físico e a negligência na infância (Moore et al., 2013). Esta associação é suportada pelo modelo

do stress associado à adversidade, em que Warren e colaboradores apontam a associação do diagnóstico de PSPT com o número de eventos traumáticos experienciado pelos indivíduos (como citado em Karatzias et al., 2017).

Em suma, a vivência de experiências adversas na infância, independentemente da sua natureza, demonstrou ter uma relação direta com os comportamentos criminais na idade adulta, quer sejam violentos ou não violentos. Esse dado sugere a existência de uma sobreposição vítima-ofensor, nomeadamente para o cometimento de múltiplos comportamentos criminais.

Limitações e Recomendações para o futuro

Relativamente às limitações do presente estudo, é importante referir a ausência de um grupo de controlo, uma vez que a nossa amostra apenas se constitui por reclusos do sexo masculino. Neste sentido, uma das sugestões para estudos futuros é a inclusão de um grupo de reclusas do sexo feminino, de modo a comparativamente compreender diferenças entre homens e mulheres em reclusão no impacto da adversidade na sua trajetória. Seria também importante a inclusão de um grupo de comparação de pessoas da comunidade, que não relatam a existência de comportamentos criminais. Outra limitação desta investigação foram os constrangimentos associados às recolhas de dados, nomeadamente as greves dos guardas prisionais. Estas greves impossibilitaram a recolha de dados durante várias semanas, o que associado aos prazos de entrega da investigação, impediram um maior número de participantes avaliados. Por fim, o facto de terem sido usados medidas de autorrelato pode ter contribuído para a presença de desejabilidade social (Stevens, Tan, & Grace, 2016). Futuramente, seria importante o uso de outro tipo de metodologia, de forma a controlar algum enviesamento decorrente da desejabilidade, nomeadamente o uso de dados oficiais da justiça como é o caso do registo criminal. O acesso a este registo poderia também contrariar a ausência de relato de abuso sexual apontada anteriormente. Para além disso, seria relevante em estudos futuros considerar fatores que medeiam a relação entre experiências adversas na infância e o cometimento de comportamentos criminais, quer sejam violentos ou não violentos, em reclusos de ambos os sexos, tal como fatores associados ao funcionamento executivo ou aos sintomas comportamentais da PSPT (Becerra-García, 2014; Braga et al., 2017).

Esta temática é relevante para toda a comunidade, mas especialmente para os profissionais do sistema de justiça. Compreender o impacto das experiências adversas na infância pode ajudar a minimizar e a prevenir comportamentos criminais futuros, permitindo o desenvolvimento de programas de intervenção adequados, não só às necessidades criminogénicas dos indivíduos, mas também à prevenção da recaída que é frequente neste tipo de amostra. De facto, salienta-se a relevância da

ADVERSIDADE E TRAUMA EM OFENSORES PORTUGUESES

prevenção de situações de maltrato e outras formas de adversidade, como a violência doméstica para acautelar a modelagem desse tipo de comportamento violento e assim precaver o seu cometimento na idade adulta.

Referências

- Alves, J., & Maia, Â. (2010). Experiências adversas durante a infância e comportamentos de risco para a saúde em mulheres reclusas. *Psicologia, Saúde & Doenças, 11*(1), 151–171. Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862010000100011
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Arlington, VA: Author.
- Ardino, V., Milani, L., & Blasio, P. Di. (2013). PTSD and re-offending risk: the mediating role of worry and a negative perception of other people's support. *European Journal of Psychotraumatology, 4*(1), 1–13.
- Ashbaugh, A., Houle-Johnson, S., Herbert, C., El-Hage, W., & Brunet, A. (2016). Psychometric Validation of the English and French Versions of the Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5 (PCL-5). *PLoS ONE, 11*(10), 1–16. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0161645>
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models, *63*(3), 575–582.
- Baranyi, G., Cassidy, M., Fazel, S., Priebe, S., & Mundt, A. P. (2018). Prevalence of Posttraumatic Stress Disorder in Prisoners. *Epidemiologic Reviews, 40*(1), 134–145. <https://doi.org/10.1093/epirev/mxx015>
- Baron, S. W., & Forde, D. R. (2019). Childhood Trauma, Criminogenic Social Schemas, and Violent Crime. *Deviant Behavior, 0*(0), 1–14. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1596534>
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2015). The Psychometric Properties of a Questionnaire for Measuring Delinquency and Crime (D_CRIM). *Avances En Psicología Clínica, 8*56–867.
- Becerra-García, J. A. (2014). Childhood abuse and neurocognitive performance in adulthood: a preliminary study of executive functioning in offenders. *Journal of Forensic Psychiatry and Psychology, 25*(1), 113–119. <https://doi.org/10.1080/14789949.2013.873070>
- Blevins, C., Weathers, F., Davis, M., Witte, T., & Domino, J. (2015). The Posttraumatic Stress Disorder Checklist for DSM-5 (PCL-5): Development and Initial Psychometric Evaluation. *Journal of Traumatic Stress, 28*, 489–498. <https://doi.org/10.1002/jts.22059>
- Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: a meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and violent behavior, 33*, 37-50.
- Castanho, T. J. C. (2010). *Experiências Adversas na Infância, Acontecimentos de Vida e Comportamentos*

- de Risco para a Saúde em reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada* (Tese de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Craig, J. M., Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2017). A little early risk goes a long bad way: Adverse childhood experiences and life-course offending in the Cambridge study. *Journal of Criminal Justice*, 53(September), 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.09.005>
- Debowska, A., & Boduszek, D. (2016). Child abuse and neglect profiles and their psychosocial consequences in a large sample of incarcerated males. *Child Abuse and Neglect*, 65, 266–277. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.003>
- DeCamp, W., Zaykowski, H., & Lunn, B. (2018). Victim-offender trajectories: Explaining propensity differences from childhood to adulthood through risk and protective factors. *British Journal of Criminology*, 58(3), 667–688. <https://doi.org/10.1093/bjc/azx052>
- DeLisi, M., & Beauregard, E. (2017). Adverse Childhood Experiences and Criminal Extremity: New Evidence for Sexual Homicide. *Journal of Forensic Sciences*, 1–6. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.13584>
- Drury, A., Heinrichs, T., Elbert, M., Tahja, K., DeLisi, M., & Caropreso, D. (2017). Adverse childhood experiences, paraphilias, and serious criminal violence among federal sex offenders. *Journal of Criminal Psychology*, 7(2). <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1108/JCP-11-2016-0039>
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, a M., Edwards, V., ... Marks, J. S. (1998). Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults. The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245–258. [https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Felson, R. B., Berg, M. T., Rogers, E. M., & Krajewski, A. (2018). Disputatiousness and the Offender–Victim Overlap. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 55(3), 351–389. <https://doi.org/10.1177/0022427817744594>
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse and Neglect*, 46, 163–173. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>
- Karatzias, T., Power, K., Woolston, C., Apurva, P., Begley, A., Mirza, K., ... Purdie, A. (2017). Multiple traumatic experiences, post-traumatic stress disorder and offending behaviour in female prisoners. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 28(1), 72–84. <https://doi.org/10.1002/cbm.2043>
- Malvaso, C. G., Delfabbro, P. H., Day, A., & Nobes, G. (2018). The maltreatment-violence link: Exploring

- the role of maltreatment experiences and other individual and social risk factors among young people who offend. *Journal of Criminal Justice*, 55, 35–45.
<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2018.01.006>
- Martins, C. (2011). Manual de Análise de Dados Quantitativos com Recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir. Braga, Portugal: Psiquilibrios Edições.
- Moore, E., Gaskin, C., & Indig, D. (2013). Childhood maltreatment and post-traumatic stress disorder among incarcerated young offenders. *Child Abuse and Neglect*, 37(10), 861–870.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.07.012>
- National Center for PTSD. (2016). PTSD Checklist for DSM-5 (PCL-5). Retrieved from <https://www.ptsd.va.gov/professional/assessment/documents/using-PCL5.pdf>
- Pflugradt, D. M., Allen, B. P., & Zintsmaster, A. J. (2017). Adverse Childhood Experiences of Violent Female Offenders: A Comparison of Homicide and Sexual Perpetrators. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1–17.
<https://doi.org/10.1177/0306624X17712966>
- Plummer, M., & Cossins, A. (2016). The Cycle of Abuse: When Victims Become Offenders. *Trauma, Violence, and Abuse*, 1–19. <https://doi.org/10.1177/1524838016659487>
- Reckdenwald, A., Mancini, C., & Beauregard, E. (2013). The Cycle of Violence: Examining the Impact of Maltreatment Early in Life on Adult Offending. *Violence and Victims*, 28(3), 466–482.
<https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-12-00054>
- Ribeiro, P. A. S. (2018). *Vitimação na infância, vitimação prisional e desajustamento psicológico na população reclusa em Portugal: o papel da vitimação direta na infância* (Tese de Mestrado, Universidade Lusófona do Porto). Retrieved from <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/9258>
- Sample, L. L., & Bray, T. M. (2003). Are sex offenders dangerous?. *Criminology & Public Policy*, 3(1), 59–82.
- Scurich, N., & John, R. S. (2019). The dark figure of sexual recidivism. *Behavioral Sciences and the Law*.
<https://doi.org/10.1002/bsl.2400>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão Portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). In *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilibrios Edições. Retrieved from [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%20Susana%20Silva%20Angela%20Maia.pdf)

- Sindicich, N., Mills, K. L., Barrett, E. L., Indig, D., Sunjic, S., Sannibale, C., ... Najavits, L. M. (2014). Offenders as victims: post-traumatic stress disorder and substance use disorder among male prisoners. *Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, 25(1), 44–60. <https://doi.org/10.1080/14789949.2013.877516>
- Stevens, C. D. J., Tan, L., & Grace, R. C. (2016). Socially desirable responding and psychometric assessment of dynamic risk in sexual offenders against children. *Psychology, Crime and Law*, 22(5), 420–434. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2015.1120868>
- Wasserman, G., & McReynolds, L. (2011). Contributors to Traumatic Exposure and Posttraumatic Stress Disorder in Juvenile Justice Youths. *Journal of Traumatic Stress*, 24(4), 422–429. <https://doi.org/10.1002/jts.20664>
- Weathers, F.W., Litz, B.T., Keane, T.M., Palmieri, P.A., Marx, B.P., & Schnurr, P.P. (2013). The PTSD Checklist for DSM-5 (PCL-5). Scale available from the National Center for PTSD at www.ptsd.va.gov.
- Weathers, F.W., Blake, D.D., Schnurr, P.P., Kaloupek, D.G., Marx, B.P., & Keane, T.M. (2013). The Life Events Checklist for DSM-5 (LEC-5). Instrument available from the National Center for PTSD at www.ptsd.va.gov
- Widom, C. S., Fisher, J. H., Nagin, D. S., & Piquero, A. R. (2018). A Prospective Examination of Criminal Career Trajectories in Abused and Neglected Males and Females Followed Up into Middle Adulthood. *Journal of Quantitative Criminology*, 34(3), 831–852. <https://doi.org/10.1007/s10940-017-9356-7>
- Zara, G., & Farrington, D. P. (2013). Assessment of risk for juvenile compared with adult criminal onset implications for policy, prevention, and intervention. *Psychology, Public Policy, and Law*, 19(2), 235–249. <https://doi.org/10.1037/a0029050>
- Zhang, J., & Zheng, Y. (2018). Childhood maltreatment profiles among incarcerated Chinese males and their associations with personality disorder symptoms and criminal behaviors. *Psychiatry Research*, 268, 272–278. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.06.063>

Anexo

Parecer do Conselho de Ética da Universidade do Minho



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Conselho de Ética - Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 041/2018

Título do projeto: *Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality*

Investigador(a) Responsável: Ana Rita Pereira da Cruz, Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho

Outros Investigadores: Professora Doutora Ângela Maia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Alexandra de Matos, aluna do 4º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

O Conselho de Ética analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Early adverse experiences and criminality: the mediational role of executive functions and emotional regulation on the relation between trauma and criminality*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, o Conselho de Ética nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável.

Braga, 26 de setembro de 2018.

A Presidente

Assinado por : **GRACIETTE TAVARES DIAS**
Num. de Identificação Civil: BI071230157
Data: 2018.10.02 15:16:30 GMT Daylight Time



Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto